

2. Três anos como Secretário-Geral da AULP (2002/2005). O resto da minha vida como militante da construção do ELCO – Espaço Lusófono do Conhecimento

José Alarcão Troni

Secretário-Geral da AULP (2002-2005)

1. Convite e eleição

Em meados de 2002, concluída a minha missão na Universidade Católica Portuguesa, como seu último secretário-geral, acabava de regressar, com a consciência tranquila, ao Banco de Portugal, meu honroso empregador desde 1976, à UAL – Universidade Autónoma de Lisboa – Luís de Camões, de que era e sou professor associado – e, simultaneamente, à sua entidade instituidora, a CEU – Cooperativa de Ensino Universitário, CRL, de que sou cooperador-fundador (1985) e hoje cooperador-decano e presidente da assembleia-geral – bem como à Advocacia e Consultadoria na SRS – Sociedade Rebelo de Sousa e Associados, pela mão amiga do Pedro Rebelo de Sousa, onde mantenho domicílio profissional e, por fim, a outras missões – pro-bono e pro-gasto –, designadamente em instituições religiosas, culturais e sociais.

Eis senão quando sou surpreendido – no meio de uma viagem, com minha mulher, à Hungria, Chéquia e Eslováquia – por um telefonema do meu amigo e reitor da Universidade Católica, Manuel Braga da Cruz, solicitando-me que lhe permitisse sugerir o meu nome ao CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e, através de outro querido amigo, Alberto Antas de Barros, presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, também, ao CSISP – Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, como candidato português à eleição para o cargo de Secretário-Geral da AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa, porquanto, dentro de um mês ou dois, no âmbito do Encontro de Luanda, do mesmo ano, seriam eleitos novos corpos sociais, cabendo, por rotação, a futura presidência ao reitor da Universidade Agostinho Neto, João Sebastião Teta, hoje, Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia de Angola.

Respondi ao Manuel Braga da Cruz que ficava, em princípio, honrado com o pré-convite. A Católica e o Politécnico estavam, obviamente, autorizados a ouvirem o CRUP e o CSISP, só que reservava a decisão definitiva para ulterior

conversa com o governador do Banco de Portugal e com os reitores e presidentes das instituições de ensino universitário e politécnico públicos de Lisboa e com o reitor da Universidade Católica, com vista ao conhecimento actualizado do projecto, situação financeira e sustentabilidade da Associação, assim como dos previsíveis titulares dos próximos corpos sociais.

No entanto, pelas minhas anteriores funções na Secretaria de Estado do Ensino Superior (1991/2), no último Governo Português de Macau (1996/99) e na Universidade Católica Portuguesa (2000/02) conhecia a AULP – criada em 1986, dez anos antes da CPLP, pelo saudoso António Simões Lopes, reitor da extinta Universidade Técnica de Lisboa e por outros reitores de Língua Portuguesa, brasileiros e africanos, participantes num encontro interuniversitário informal, em Cabo Verde – como plataforma de intercâmbio do espaço lusófono do Ensino Superior.

A reunião com os reitores e o presidente do politécnico – no total de seis pessoas – veio a ter lugar, na reitoria da Universidade Nova, com a participação do respectivo reitor Luís Sousa Lobo, dos reitores das Universidade Técnica, José Lopes da Silva, futuro presidente da CRUP e vice-presidente português da AULP, Universidade de Lisboa. José Barata Moura, Universidade Aberta, Maria José Ferro Tavares, Universidade Católica, Manuel Braga da Cruz e Politécnico de Lisboa, Alberto Antas de Barros, que, também, viria a ser eleito administrador.

Os presentes e convidantes informaram-me, com a maior franqueza, de que a sugestão do meu nome tinha sido muito bem recebida pelo CRUP e CSISP, até por que a AULP se encontrava em situação pré-falimentar e eu tinha certa fama de milagreiro... como o Padre Cruz.

Talvez, esse pretendo pendor taumaturgo tivesse algo a ver com o meu ADN, pois, há poucos anos, uma tia-bisavó, Libânia do Carmo Galvão Mexia de Sousa Moura Telles e Albuquerque, em religião, Madre ou Mãe Clara do Menino Jesus – fundadora e primeira madre-geral da Confic-Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição – havia sido beatificada.

A sustentabilidade da AULP poderia vir a ser o segundo milagre da Tia Santa, com a sua canonização e elevação dos altares como padroeira da nossa Associação.

Foi, sem grande surpresa, que constatei não ter já a AULP dinheiro para mandar cantar um cego. Com excepção dos sistemas universitário e politécnico de Portugal e Macau, as quotas, com diversas e honrosas excepções no Brasil e em África, eram pagas com anos de atraso, não chegando a receita corrente para muito mais do que o pagamento de modestíssimos encargos de estrutura, como o ordenado de uma colaboradora permanente e de dois consultores, para além da electricidade, água e renda das também muito modestas instalações, de que é proprietário o Município de Lisboa.

Os encargos com os Encontros anuais, as deslocações aéreas dos titulares dos órgãos sociais, a RILP – Revisita Internacional de Língua Portuguesa – órgão anual de grande qualidade – e algumas bolsas – de mérito ou de carência – se tinham encarregado de esgotar o subsídio – digamos, ordinário – de vinte e cinco mil euros, aos valores das décadas de oitenta e noventa, atribuído pelo gabinete de, pelo menos, quatro Secretários de Estado do Ensino Superior, de 1987 a 2002, constituído pelo saudoso amigo Alberto Ralha, seguindo-se o signatário, o Pedro Lynce e o Pedro Lourtie.

Este subsídio desapareceu no Governo de Durão Barroso, dado que o Ministro do Ensino Superior, Pedro Lynce, não teve Secretário de Estado, extinguindo-se a “mochila financeira” da Secretaria de Estado do Ensino Superior. A repriminção do subsídio do novo Ministério do Ensino Superior foi difícil e morosa, mas constituiu êxito milagreiro de José Lopes da Silva, presidente do CRUP e vice-presidente da AULP e do signatário, na altura secretário-geral da Associação.

Por outro lado, a propósito de um Encontro da AULP, em Macau, nos anos finais da década de noventa, o último Governador do Império, General Vasco Rocha Vieira, dotou a Associação de um legado do Governo Português de Macau de dois milhões de patacas, cerca de duzentos mil euros, também com o poder de compra da época, que funcionou como reserva financeira para os anos subsequentes.

Conversei com o governador do Banco de Portugal – Victor Constâncio – que, com a maior simpatia, me dispensou de horário no Banco – sem prejuízo das minhas funções jurídicas, de que eu muito gostava – embora me tivesse, imediatamente, informado, com a maior coerência, que o anterior destacamento para secretário-geral da Católica havia sido uma honra para o Banco, mas que a mesma se não justificava para a AULP, atenta a sua natureza de instituição privada de direito português, ainda que com conteúdo internacional. Informei, de imediato, o governador de que não pretendia mais do que a compreensão do Banco de Portugal, por entender que o secretariado-geral da AULP – a exercer pro-bono – não era o “full-time” pesado da secretaria-geral da Católica e que conhecia bem os países membros quer por ter acompanhado a política de cooperação do Ministério da Educação quer por haver participado na negociação das cinco linhas de crédito do Banco de Portugal aos bancos centrais dos países africanos de expressão portuguesa e depois na respectiva gestão, enquanto administrador e presidente da Cosec. Também, como Secretário Adjunto do Governador de Macau para os Assuntos Sociais e Orçamento, colaboradora, directamente, com o governador General Vasco Rocha Vieira na cooperação lusófona, com especial destaque para Cabo Verde e no financiamento da AULP.

Em Luanda fui eleito sem contestação, substituindo o meu amigo Manuel Coelho da Silva, ilustre advogado e anterior director dos serviços de educação de

Macau, que exercera o cargo desde a fundação da AULP (1986), ou seja, por dezasseis anos, tendo sido seu primeiro Secretário-Geral.

Nunca esquecerei a profundidade, transparência e amizade do Manuel Coelho da Silva na transição dos dossiers e nos seus conselhos, que muitas vezes pedi, ao longo do meu triénio de mandato.

2. Triénio de mandato. Projectos e obra feita.

Pedi ao Manuel Coelho da Silva que me acompanhasse a Luanda, para participar no primeiro despacho com o novo presidente do Conselho de Administração, o reitor João Sebastião Teta, ao que aquele acedeu, de imediato.

A empatia – e depois profunda amizade – com o reitor da Agostinho Neto e o seu vice-reitor, com o pelouro da cooperação, o médico – veterinário João de Almeida Serôdio foi imediata.

Nada, no essencial, se alteraria. A RILP – Revisita Internacional de Língua Portuguesa seria mantida e, se possível, melhorada. O conselho de administração reuniria, em Lisboa, na sede, pelo menos, três vezes por ano. O Encontro seguinte (2003) teria, novamente, lugar em Macau, já sob soberania chinesa, sendo, então, Chefe do Executivo, Edmundo Ho, que conhecia e estimava, pelo menos, desde 1996, por ser o vice-presidente da Assembleia Legislativa, nos anos da transição da soberania de Portugal para a China e Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura o querido amigo Fernando Chui Sai On, hoje Chefe do Executivo, que me sucedera nos Assuntos Sociais e com quem tivera uma relação exemplar, quando o Fernando era CEO do Hospital Kiang Wu – o hospital chinês de referência, onde tinha trabalhado o Dr. Sun Yat Sen – e que ambos tínhamos convertido em hospital privado convencionado.

A questão financeira de fundo era, obviamente, a repriminção do apoio ordinário de Lisboa e do extraordinário de Macau.

Previamente, direi que me deslocuei duas ou três vezes a Macau, no âmbito da preparação do Encontro de 2003, praticamente suportado, na íntegra, pelo Governo da RAEM – Região Administrativa Especial de Macau e pelo seu sistema de ensino superior, público e privado, de que se destacam a Universidade de Macau, cujo vice-reitor português, Rui Martins, preside hoje a AULP, o Instituto Politécnico de Macau, a então Universidade Aberta de Macau – hoje Universidade da Cidade de Macau – e o Instituto Internacional de Macau, principal instituição cultural, de matriz portuguesa, presidida pelo meu amigo e antigo colega no Governo Português de Macau, Jorge Rangel, o qual é, em minha opinião, o líder natural da comunidade portuguesa da cidade, embora com a portuguesaria a questão das lideranças seja sempre complexa e controversa.

O Encontro correu modelarmente, aliás, como o anterior, ainda no mandato do Governo Português de Macau.

Em 2002 e 2003, a AULP tinha três vice-presidências: Portugal (José Lopes da Silva), Brasil (Inguelore Scheunemann de Souza) – então reitora da Universidade Federal de Pelotas e hoje, se não estiver jubilada, será reitora da Universidade de Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, a mais importante universidade tecnológica do grande país irmão – e África (Maria Helena Rodrigues), proprietária e directora do Instituto de Ciências Económicas e Empresariais do Mindelo, posteriormente substituída pelo reitor da recém criada Universidade Cabo Verde, como Universidade do Estado.

A Inguelore era uma senhora do Rio Grande do Sul, filha ou neta de alemães, casada com um português “quatrocentão”, muito extrovertida e conselheira do Presidente Fernando Henrique Cardoso para os assuntos da Língua Portuguesa e da CPLP. Além de simpática e boa amiga, revelou-se grande valor acrescentado para a AULP, dados a sua proximidade com o Presidente do Brasil e o profundo conhecimento do sistema de ensino superior do seu país.

Aproveitando as deslocações a Macau, sensibilizei o Chefe do Executivo, Edmundo Ho, para o interesse para a internacionalização da RAEM – na adesão ao sistema de ensino superior de Língua Portuguesa – e para a AULP na colaboração maciça das suas – creio que catorze – instituições de ensino superior, bem como no nosso óbvio interesse da integração, pelo menos, da Universidade e do Instituto Politécnico de Macau, como embrião de uma Região Ásia-Pacífico, agregadora dos enclaves lusófonos de Goa, Malaca e Timor. A centralidade e o peso de Macau seriam sempre determinantes desta nova vertente territorial da AULP.

Esta implantação universitária lusófona na Ásia-Pacífico justificava uma alteração estatutária na AULP, com a criação da quarta vice-presidência, a atribuir, inicialmente, à Universidade de Macau.

O Edmundo Ho ficou muito interessado – e como não há almoços grátis – ficou combinado que, se possível, o presidente e os vice-presidentes da AULP informariam, o Chefe do Executivo da criação da quarta vice-presidência, solicitando-lhe, simultaneamente, novo subsídio extraordinário, de montante idêntico ao concedido pelo General Vasco Rocha Vieira.

“ Write to me ” foi a encorajante resposta do Chefe Executivo.

Assim, em 2004 ou 2005, dirigiu-se a Macau uma representação da AULP, composta pelo presidente, João Sebastião Teta, pelo vice-presidente, José Lopes da Silva e por mim. Tive pena da impossibilidade de deslocação da Inguelore, mas esta estava no Vale do Rio Doce e creio que o seu amigo Fernando Henrique já não seria Presidente.

Entretanto, o Rui Martins sempre estivera a par do nosso projecto de atribuição da quarta vice-presidência à Universidade de Macau, concordando inteiramente com a estratégia.

O “gentement’s agreement” com o Chefe do Executivo (Edmundo Ho) e com o Secretário dos Assuntos Sociais e Cultura e seu sucessor (Fernando Chui Sai On) ficou fechado. E em 2005 o Governo da RAEM transferiu os dois milhões de patacas (200 mil euros), que já não serviram aos nossos corpos sociais, mas garantiram a sustentabilidade da AULP em mandatos futuros.

Como referido e quase simultaneamente, a criação da Universidade de Cabo Verde provocou alteração de fundo na política de internacionalização do ensino superior do país. A Universidade pública substituiu as privadas, como a Universidade Piaget e os estabelecimentos particulares de ensino, nas instituições internacionais consideradas estratégicas pelo Governo para a recém-criada Universidade de Cabo Verde.

Em Portugal a repriminção do subsídio do Ministério do Ensino Superior revelou-se muito mais complicada. Pedro Lynce fugiu da AULP como o Diabo da Cruz. Foi Maria da Graça Carvalho quem reconheceu a inteira razão da AULP e, em 2004, lhe atribuiu o subsídio extraordinário de 100 mil euros correspondente ao seu possível mandato.

A Graça Carvalho – que, na minha opinião, foi uma excelente Ministra e é ótima deputada europeia e eurocrata – merecia ser ajudada.

Assim, Lopes da Silva e eu convencemo-la a propor, em 2004, à Cimeira dos Ministros da Educação e do Ensino superior, da CPLP, em Fortaleza, um projeto de Declaração, com articulado programático e de princípios, aprovado por unanimidade, com a designação de Declaração de Fortaleza, a 4 de Maio de 2004, criando o ELCO – Espaço Lusófono do Ensino Superior, destinado à simplificação dos vistos de mobilidade dos docentes, investigadores e alunos.

A Declaração de Fortaleza, de 4 de Maio de 2014, deveria vir a ser concretizada em três programas de mobilidade – professores, investigadores e alunos – aos quais seriam dados nomes de escritores portugueses, brasileiro e africano. Foi com simpatia que vi Marcelo Rebelo de Sousa e António Costa acabarem de propor à CPLP um programa de mobilidade, com simplificação de vistos de turismo, estudo e residência para os 200 milhões de lusófonos.

Será bom que a AULP sensibilize os Ministros da Educação e Ensino Superior dos Nove, para que acordem a Bela Adormecida Declaração da Fortaleza de 2004.

Não tiveram grande história – para além da pompa e circunstância – os Encontros de São Paulo (2004), a cargo da USP – Universidade Federal de S. Paulo e de Lisboa, organizado pela então Universidade Técnica (2005), no qual concluímos o mandato.

3. Conclusões

A AULP comemora trinta anos de existência. É uma instituição com História. Precedeu a CPLP, da qual é parceiro estratégico para o pilar da Educação, Ciência e Cultura. Resulta óbvia a utilidade da AULP para o Ensino Superior e Ciência das Nove e dos seus duzentos milhões de falantes e respetivas Diásporas.

Parece-me reduzirem-se a seis os principais eixos estratégicos dos anos futuros:

1.º Declaração de Fortaleza, de 4 de Maio de 2004.

Acorde-se a Bela Adormecida. Aprovevem-se os três ou quatro projectos, baptizados com outros tantos grandes nomes da Literatura de Portugal, Brasil, África e Oriente. Para além da questão das mobilidades – docentes, investigadores, discentes – impõe-se a necessidade de programas de divulgação da Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas na Guiné-Bissau, Guiné – Equatorial, S. Tomé e Timor.

2.º RILP – Revista Internacional de Língua Portuguesa

O que provou bem, não tem de ser mudado.

3.º Encontros anuais

Revelaram-se a plataforma privilegiada do ELCO – Espaço Lusófono do Ensino Superior, bem como dos indispensáveis contactos multilaterais e bilaterais.

A AULP deve continuar a investir nos Encontros, envolvendo, ao mais alto nível, a CPLP e os Estados e Regiões da Lusofonia, com destaque para os anfitriões.

4.º Financiamento

A CPLP deve ser a primeira a apoiar o seu parceiro estratégico AULP, através do Fundo Especial.

O financiamento do Fundo Especial seria, prioritariamente, alocado à alfabetização de crianças e adultos, combate ao insucesso escolar, acção social escolar e cultura da democracia e dos direitos humanos.

O Estado organizador do Encontro anual deverá pagá-lo. O mesmo se diga da Presidência. Recordo que Angola pagou o mandato de João Sebastião Teta, como presidente da AULP.

Os Estados da Presidência e do Encontro deveriam, assim, atribuir um subsídio extraordinário, consignado a estas finalidades.

5.º Instalações

As instalações actuais da AULP não dignificam o país da sua sede.

Recordo que um antigo administrador brasileiro, Marisvaldo Cortez Amado,

então reitor da Universidade Católica de Goiás, que participava, em Lisboa, pela primeira vez, no conselho de administração, regressou ao seu hotel, pois a AULP não podia estar sediada no edifício da Rua Santos Dumont. Era, certamente, erro do motorista de táxi.

A fusão das Universidades de Lisboa e Universidade Técnica de Lisboa, libertou a reitoria da segunda, permitindo realizar o projecto de José Lopes da Silva, para o caso da sua reitoria de se vir a transferir para o Palácio Burnay, na Junqueira.

O Palácio das Açaфatas da Rainha, no Campo de Santana, permitiria – como propôs Lopes da Silva – alojar, com dignidade, o CRUP no primeiro andar e a AULP no rés do chão. Ora, não merecem estas entidades instalações e logísticas condignas?

6. Goa e Malaca.

A Diplomacia dos Nove, o Consulado-geral de Portugal em Goa, as principais Universidades de Língua Portuguesa e o secretariado-executivo da CPLP deveriam empenhar-se mais, junto dos Governos da Índia e da Malásia, assim como dos Estados de Goa e de Malaca e das Universidades das duas cidades luso-descendentes, na adesão destas à AULP.

Desejo à querida AULP os maiores êxitos para, pelo menos, os vinte anos que antecedem a seu cinquentenário e os oitenta anteriores ao primeiro centenário.